

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).



EMENDA MODIFICATIVA Nº _____

O Art. 3º da MP 950/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

”.....

“Art.13.

XV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas exclusivamente ao enfrentamento aos impactos no setor elétrico decorrentes do estado de calamidade pública, em virtude do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 202.

.....

§ 1º-F. Fica a União autorizada a destinar recursos para a CDE, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco bilhões de reais), provenientes da Taxa de Fiscalização de que trata o art. 12 da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para a cobertura da amortização de que trata o inciso XV do *caput*.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os impactos da crise sanitária causada em nível mundial pelo espalhamento do COVID-19 atingiram de modo brutal a sociedade brasileira, agravando ainda mais as desigualdades históricas que nos afligem. Entre essas questões, está o acesso a um serviço essencial para a população, principalmente nos momentos de crise: a garantia do fornecimento de energia elétrica aos mais necessitados. Nesse sentido, a Medida Provisória nº 950/2020 mostra, ao mesmo tempo, uma preocupação legítima – a proteção da parcela mais pobre da sociedade, beneficiada pela ampliação dos descontos da Tarifa Social de energia elétrica.

Por outro lado, a MP também autoriza o governo a captar recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para amortização de empréstimos emergenciais para empresas de distribuição, em qualquer situação de calamidade pública reconhecida na forma prevista no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000. O pagamento dos futuros empréstimos caberia a todos os consumidores de energia elétrica do país, independente do mercado, proporcionalmente a energia consumida em sua unidade.

Mesmo entendendo a iniciativa como uma proteção ao equilíbrio econômico-financeiro do sistema elétrico na atual conjuntura de crise, tal medida se constitui, na forma proposta, em uma autorização genérica para a criação de mais um encargo do sistema elétrico, sem qualquer estimativa de valor a ser pago futuramente pelo consumidor, ou mesmo vinculando explicitamente o empréstimo aos efeitos diretos da crise econômica decorrente do atual cenário. Por esse motivo, entendemos adequado estipular limites aos valores futuramente decorrentes das operações financeiras e que serão cobrados dos consumidores, bem como sua expressa vinculação à atual crise.

Por estas razões, solicito apoio de meus Pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, de Abril de 2020.

Deputado ENIO VERRI

PT-PR

